

13 NOV 1988 1088060

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO.....	4
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	10
CLÁUSULA V AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO.....	17
CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO.....	17
CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA.....	20
CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO.....	24
CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	32
CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA.....	34
CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS.....	35

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA 35 - 3º AND - CENTRO / RJ.
MIRIAM LIMA CASTILHO
1º OFICIAL SUBSTITUTA

[Handwritten signatures and initials]

13 NOV 88 1088060

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
RIS DE LAJEADO - CAPITAL - RJ

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LAJEADO ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

LAJEADO ENERGIA S.A., sociedade anônima de capital de fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, sala 04, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.460.864/0001-84 ("Emissora" ou "Companhia"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão ("Debenturistas");

e, ainda, como interveniente garantidora,

EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A., sociedade com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora");

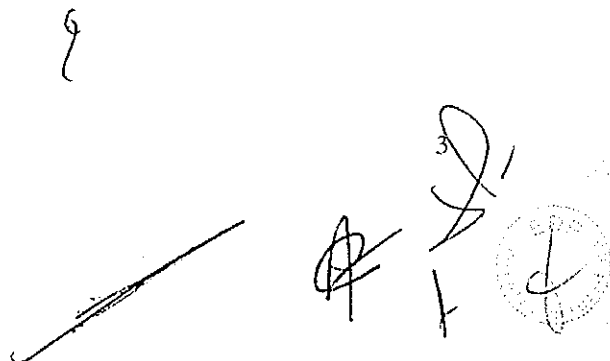
sendo a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Lajeado Energia S.A." ("Escritura de Emissão" ou "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA DE S. ANDRÉ, CENTRO / RJ
MIRIAM LACERDA CASTELHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

9



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

- 1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 18 de setembro de 2013 e reterratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 7 de novembro de 2013 ("AGE"), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Autorização da Garantidora

- 1.2.1. A garantia fidejussória da Emissão é outorgada com base nas deliberações do Conselho de Administração da Garantidora, em reunião realizada em 28 de outubro de 2013 ("RCA da Garantidora").

CLÁUSULA II REQUISITOS

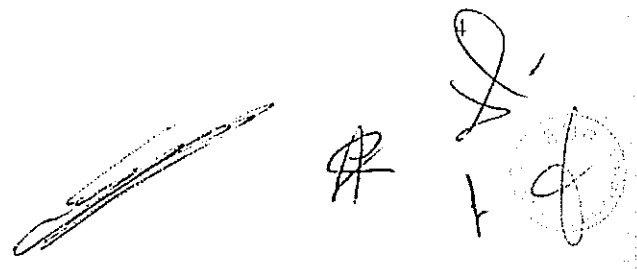
A Emissão para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 150 - CENTRO / RJ.
MIRIAM ALMEIDA CASTELHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA



2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e Publicações

2.2.1. As atas de AGE serão arquivadas na JUCESP e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias", nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A RCA da Garantidora será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Jornal Brasil Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, artigo 1472, inciso VIII e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser apresentados para registro em até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua respectiva celebração. Uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data do respectivo arquivamento.

2.4. Registro da Garantia Fidejussória

2.4.1. Em virtude da Fiança a que se refere a Cláusula 3.5 abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora, às expensas da Emissora, nos cartórios de registro de títulos e documentos da cidade de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"), em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Tempestivamente após o registro desta Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

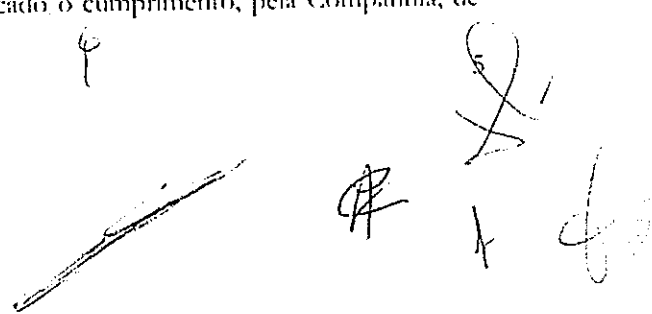
2.5. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária

2.5.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 33 - AND. CENTRO / RJ
MIRIAM GARCIA CASTRO DOSIL
1ª OFICIAL SUBSTITUTA



suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem como, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Emissora poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

- 3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries

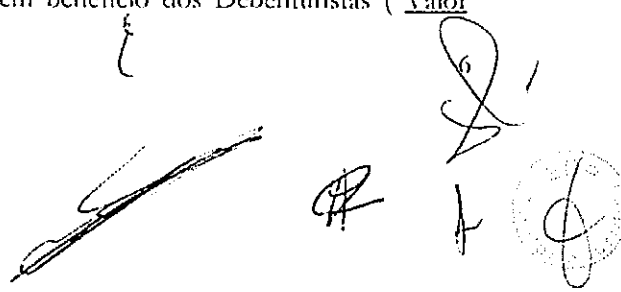
3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Garantia Fidejussória

3.5.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, incluindo Encargos Moratórios, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados às Debêntures perante os Debenturistas ("Obrigações Garantidas"), a Garantidora presta garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Garantia" ou "Fiança"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir.

3.5.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios, bem como dos Encargos Moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, quando houver, aos gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ - RUA
DA QUITANDA, 55 - AND. 5º - CENTRO / RJ.
MÉDULA SUTILEIRA CASTELLANO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a large, bold, diagonal signature. To its right, there are smaller, more delicate signatures. Further right, there is a circular stamp with some illegible text inside. The overall appearance is that of a formal document with multiple signatures and an official stamp.

Garantido”), nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”).

3.5.3. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837 e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

3.5.4. O Agente Fiduciário notificará a Garantidora sobre a falta de pagamento no Dia Útil seguinte ao prazo de cura referido na alínea “a” da Cláusula 6.1 abaixo, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

3.5.5. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, inclusive na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures.

3.5.5.1. O pagamento citado na Cláusula 3.5.5 acima deverá ser realizado pela Garantidora fora do âmbito da CETIP e diretamente a favor dos Debenturistas, de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

- 3.5.6. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Garantidora.
- 3.5.7. A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

3.5.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito da Emissão.

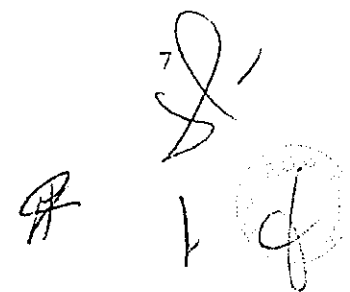
3.5.9. A presente Fiança é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.5.10. A Garantidora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.5.11. A Fiança permanecerá válida e eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Distribuição com as quais a Garantidora tenha sido anuente, ou, ainda, caso a Garantidora deixe de ser controladora da Emissora.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUINTA DE S. ANTONIO, CENTRO / RJ.
MIRIAM S. G. CASTRO
1ª OFICIAL REGISTRADORA





1. REQUINTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
DA CATEGORIA DE MANEJADORES - SUA
DA QUALIDADE, SEM O CONTRATO/R.O.
MÉDICA DE 1996 CASTILHO
PÚBLICA, NÚMERO 1

YAHUWAH SHALL REDEEM US

खिलाफ

NO. 114310, 20 (VIII) investigadores

3.6.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.3.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.6.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

- 3.6.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b)
- informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.6.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

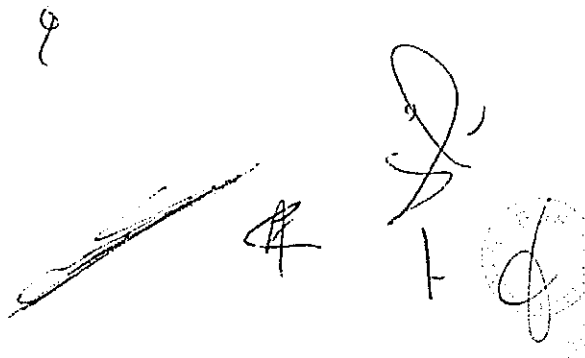
3.6.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição habilitada à prestação de serviços de custódia e de banco mandatário, com endereço no Município de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Vila Yara, s/n, Prédio Amarelo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DE OSASCO - JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 50 - ANDAR - CENTRO / RJ.
MIRIAM MENDES DA CUNHA
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

9



3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados ao resgate da totalidade das notas promissórias da primeira emissão da Companhia, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), emitidas em 19 de agosto de 2013, cujos recursos foram destinados ao pagamento aos acionistas da Emissora a título de reembolso das ações decorrente da redução de capital social ocorrida em 03 de maio de 2013, na proporção da participação de cada um dos referidos acionistas no capital social da Companhia.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de novembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória descrita na Cláusula 3.5 desta Escritura de Emissão.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de novembro de 2019 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior até a Data de Vencimento.

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) Debêntures, em série única.

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ
DA QUITANDA E ENDOSAMENTO
MÉDIA-SANITÁRIA CARTILHA DOG
1ª OFICINA SUBSTITUTA

10
11

4.2. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. Remuneração das Debêntures

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a um determinado percentual a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), sendo que cada um desses intervalos de tempo sucede o anterior sem solução de continuidade (“Remuneração das Debêntures”). O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devido em cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

onde:

Fator DI = produtivo das Taxas DI, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do Fator DI, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]$$

onde:

spread = Sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

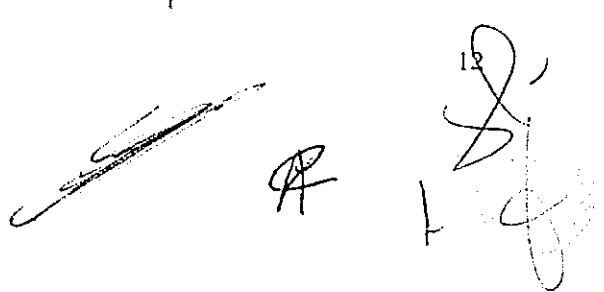
(a) O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezoiséis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezoiséis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(d) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

12



(e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, para apuração do "TDI", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

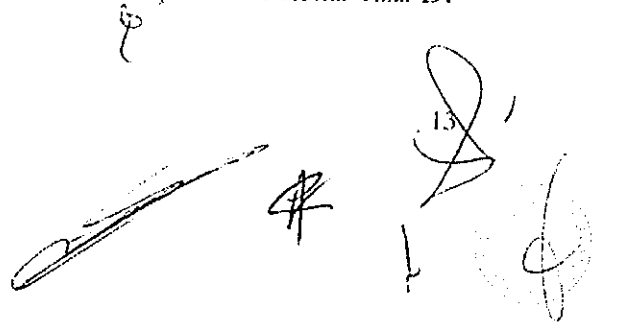
4.2.2.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, será aplicado no lugar da Taxa DI, automaticamente, o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no dia útil seguinte ao prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula IX desta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado ("Taxa Substitutiva das Debêntures"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva das Debêntures, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração das Debêntures, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração das Debêntures até a data de deliberação da Taxa Substitutiva das Debêntures.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade ou desde a data do último pagamento da Remuneração das Debêntures, o que tiver ocorrido por último.

4.2.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, sem o pagamento de multa ou prêmio, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível; ou

13



- (b) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, sem o pagamento de multa ou prêmio, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em Assembleia Geral de Debenturistas, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, ou a última Taxa DI disponível, caso não haja acordo sobre a nova remuneração na Assembleia Geral de Debenturistas em questão.

4.2.2.6. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; e (ii) em qualquer outro caso, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.

4.3. Pagamento da Remuneração das Debêntures

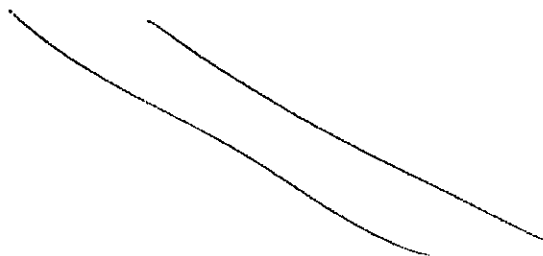
4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 25 de maio e 25 de novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de maio de 2014 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou (b) do resgate antecipado das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI) (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.4. Amortização

4.4.1. Amortização das Debêntures

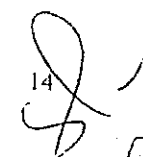
4.4.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, em 3 (três) parcelas consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano contado da Data de Emissão (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 25 de novembro de 2017 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização");

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUINTA 141 - AND. CENTRO / RJ.
MIRIAM SUZANA CASTRO SOUZA
1ª OFICIAL SUBSTITUTA







14 



Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado (%)
1ª	25 de novembro de 2017	33,33%
2ª	25 de novembro de 2018	33,33%
3ª	25 de novembro de 2019	33,34%
Total		100,00%

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DE SÃO PAULO - JANEIRO - RUA
DA QUITAÇÃO, Nº 100 - 3º ANDAR - CENTRO / SP
15.08.2017
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DE FINANÇAS
FUNÇÃO: SUBSTITUTO

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

4.9. Prazo de Colocação, Forma e Preço de Integralização

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de início de distribuição das Debêntures. Caso as Debêntures não sejam totalmente colocadas ao longo deste prazo, os Coordenadores deverão exercer a garantia firme de colocação sobre o saldo das Debêntures que não foram efetivamente distribuídas.

4.9.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato de sua subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (inclusive) até a Data de Integralização (exclusive) ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.10. Repactuação

4.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.edpbr.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.12. Liquidez e Estabilização

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.13.2 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos da Cláusula 4.13.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO RJ - RUA
DA QUINTA ANTONIO CARLOS / N.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - CARTILHA 001
1º OFICIAL SUBSTITUTO

informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pela Emissora.

4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.15.1. Fundo de Amortização

4.15.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.16. Classificação de Risco

4.16.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta Restrita a Moody's América Latina Ltda. ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá *rating* às Debêntures até sua efetiva subscrição e integralização.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA-DE-MARÇO, 111 - CENTRO/RJ.
MISSELA MARIA CASTELHO
1º OFICIAL REGISTRADORA

CLÁUSULA V AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em Circulação.

5.2. Resgate Antecipado Facultativo

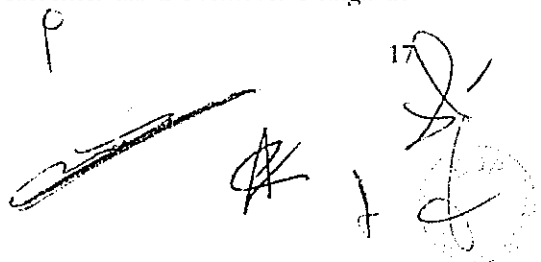
5.2.1. Observado o disposto na Cláusula 4.2.2.5 desta Escritura de Emissão, não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures por parte da Emissora.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.2 e 6.3 e subcláusulas abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir de

9

17

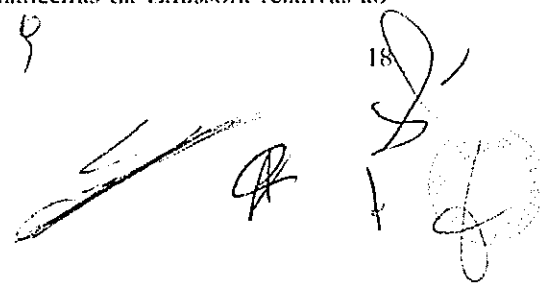


imediato o pagamento pela Emissora da totalidade do saldo devedor das Debêntures em aberto, acrescido dos encargos devidos, apurado conforme previsto nesta Escritura de Emissão e na forma da lei, e calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (inclusive) ou da última Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), bem como comunicar a Emissora, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sua sede, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, respeitados os respectivos prazos de cura (cada uma dessas, um “livento de Inadimplemento”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações financeiras previstas nesta Escritura por 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido descumprimento;
- (b) protesto cambiário de qualquer título, contra a Emissora e/ou a Garantidora, que não tenha sido contestado de boa fé, em valor igual ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), e que não tenha sido sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (c) requerimento de recuperação extrajudicial ou judicial, decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora ou, ainda, qualquer outro procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (d) caso seja proferida sentença judicial transitada em julgado em face da Emissora e /ou da Garantidora, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), desde que seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas em razão da Emissão;
- (e) perda ou término antecipado, ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo: (i) da concessão de energia elétrica da Emissora; ou (ii) da concessão de energia elétrica de qualquer das controladas da Garantidora (exceto a Emissora), cuja concessão represente individualmente ou em conjunto mais de 10% (dez por cento) da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social, exceto se, para este item (ii), tenha sido obtida liminar que suspenda os efeitos da perda, término ou, ainda, intervenção, pelo poder concedente, da concessão de energia elétrica, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do conhecimento pela Garantidora da perda, término ou intervenção pelo poder concedente;
- (f) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, em caso de inadimplemento de suas obrigações decorrentes da Emissão por parte da Emissora;
- (g) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário direto, exceto se referida alienação: (i) for para a outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) obtiver expressa anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, cuja recusa somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada;
- (h) não manutenção, pela Emissora, da relação entre Dívida Bruta/EBITDA de, no máximo, 3,5 (três e meio) até a Data de Vencimento conforme apuração anual a ser realizada em até 30 (trinta) dias contados da divulgação das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao

9

18



exercício encerrado no dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, por auditor independente devidamente registrado na CVM ("Índice Financeiro");

- (i) extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% (vinte por cento) em relação ao seu faturamento total;
- (j) existência de sentença judicial transitada em julgado declarando a ineficácia ou inexecutabilidade da Fiança, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) redução maior do que 10% (dez por cento) da quantidade de energia assegurada pela Emissora; e
- (l) modificação ou redução das vantagens conferidas às partes beneficiárias, bem como o respectivo resgate antecipado, nos termos do parágrafo único do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora, sem a prévia aprovação de 90% (noventa por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, ressalvado o direito de conversão antecipado das partes beneficiárias em ações preferenciais classe A pela Emissora, conforme o artigo 13 do Estatuto Social da Emissora.

Para os efeitos do disposto no subitem (h) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

- (i) "EBITDA" significa o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização referente ao período de apuração de 12 (doze) meses anteriores à data da apuração; e
- (ii) "Dívida Bruta" significa a dívida financeira total, excluído o valor correspondente às partes beneficiárias, bem como toda e qualquer forma de remuneração delas oriunda, que venha a ser contabilizado no passivo da Emissora pelo auditor independente.
- (m) realização de cisão, fusão ou incorporação da Garantidora que implique em redução na classificação de risco (*rating*) da Garantidora em mais que 1 (uma) nota, exceto se: (i) referidas operações societárias envolverem outra empresa do mesmo grupo econômico da Garantidora; ou (ii) no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação do novo relatório de classificação de risco, for obtida aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, para o reforço ou substituição da Fiança, cuja recusa somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada; ou (iii) for obtida anuência prévia para as referidas operações societárias de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, cuja recusa somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos subitens (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g) e (m) da Cláusula 6.1, observados os prazos específicos de cura ali previstos, acarretará o vencimento antecipado imediato das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial e qualquer consulta aos Debenturistas.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDIA, 45 - CENTRO / RJ.
MIRIAM SUZANA CASTILHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

4

19

1

6.3. Na ocorrência do Evento de Inadimplemento previsto na alínea (b), (i), (j), (k) e (l) acima, que deverá ser informado em até 1 (um) Dia Útil pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for informado ou tiver ciência da ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo mínimo previsto em lei e nesta Escritura de Emissão, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX abaixo. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma da Cláusula 9.1 abaixo.

6.3.1. Se, na referida Assembleia, os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.2. No caso de não instalação em segunda convocação da Assembleia ou, ainda, em caso de instalação mas não aprovação por insuficiência de *quorum* de votação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.3. O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia referida na cláusula 6.3 acima, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia.

6.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 acima.

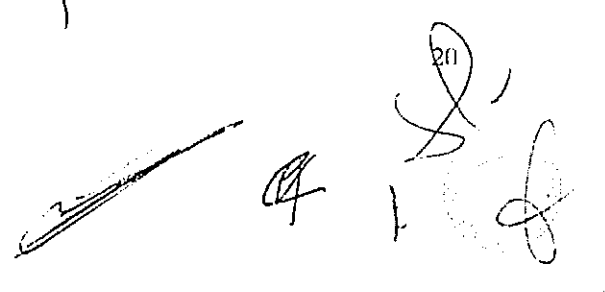
6.5. No caso de pagamento decorrente do vencimento antecipado, a CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil de sua realização.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e a Garantidora, individualmente, obrigam-se, ainda, a:

- (a) comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas, 1 (um) Dia Útil após observados os respectivos prazos de cura;

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA DE SANTO ANTÔNIO, 150 - CENTRO / RJ.
15/05/2015 14:00:00
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA DE SANTO ANTÔNIO, 150 - CENTRO / RJ.
15/05/2015 14:00:00



- (b) não divulgar ao público informações em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476;
- (c) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (d) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam, diretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (e) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, bem como manter em dia o pagamento de todos os tributos, incluindo aqueles que venham a incidir sobre as Debêntures, devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto por aqueles que estejam sendo contestados judicial ou administrativamente pela Emissora e/ou pela Garantidora;
- (f) comparecer às Assembleias, sempre que solicitada;
- (g) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, sendo que tais informações também serão fornecidas por meio de disponibilização em sua página na Internet (www.edpbr.com.br); e
- (h) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário caso tenha conhecimento que quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura eram total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

7.1.1. Adicionalmente, a Emissora individualmente obriga-se a:

- (a) manter contratados durante todo o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco e a CETIP, além de tomar todas e quaisquer providências necessárias para a manutenção e negociação das Debêntures;
- (b) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA 15 - CENTRO / RJ.
MIRIAM SARTORI CASTRILHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

9

21

1

- (c) informar, em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu conhecimento e entendimento, ao Agente Fiduciário, qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto adverso relevante nos critérios e parâmetros de cálculo do Índice Financeiro;
- (d) cumprir todas as determinações da CETIP, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (f) contratar e manter contratada até o vencimento da totalidade das Debêntures, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação à classificação de risco, (i) atualizar a classificação de risco anualmente, até a Data de Vencimento; (ii) divulgar e/ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios com as súmulas da classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (iv) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina, ou notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida a agência de classificação de risco substituta;
- (g) enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual do Agente Fiduciário na CVM. O referido relatório do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (h) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso (i) acima, o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias ao acompanhamento do Índice Financeiro, acompanhadas de demonstração do cálculo do Índice Financeiro devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, bem como da declaração do Diretor de Relações com Investidores ou outro representante legal estatutário da Emissora

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ - RUA
DA QUITANDA, 50 - CENTRO / RJ.
MIRIAM S. S. SILVA CARTEIRO/0001
1º OFICIAL SUBSTITUTA

atestando a efetiva suficiência de informações e veracidade do Índice Financeiro, bem como atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (ii) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora que o Agente Fiduciário eventualmente requeira; e
 - (iii) tempestivamente após o registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, uma via original registrada desta Escritura;
- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (j) guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão; e
- (k) divulgar trimestralmente, em sua página na Internet (www.edplbr.com.br) seu balanço patrimonial e sua demonstração de resultados trimestrais, não auditados.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA HOVA Nº 50 - CENTRO / RJ.
MIRIAM L. A. SILVA CASTILHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário dos Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.1.2. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da EDP – Energias do Brasil S.A. ("1ª Emissão da EDP"), com vencimento em 28 de fevereiro de 2014, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da EDP não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da EDP – Energias do Brasil S.A. ("2ª Emissão da EDP"), com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com data de emissão de 11 de abril de 2013, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da EDP não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA DE S. ANDRÉ, CENTRO / RJ.
MIRIAM SAZAMA CASTILHO
1º OFICINA, SUBSTITUTA

- (e) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (k) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (m) que verificou a regularidade da constituição da Fiança prestada nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea "j" da Instrução CVM 28; e
- (n) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 150 - CENTRO / RJ
MIRIAM S. DE A. CASTELHO
1ª OFICINA SUBSTITUTA

convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.5 abaixo.

8.3.2: Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores, sendo que o Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP.

8.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* sobre o valor anual, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário, podendo ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto.

8.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 15 - 2º AND. CENTRO / RJ.
MIRIAM SÁBENA CASTELPAQUE
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem que isso isente a Emissora de cumprir as referidas obrigações;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA DE S. ANDRÉ, 150 - CENTRO / RJ.
MIRIAM SAZETA CASTELHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Garantia;
 - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata o subitem (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) nas respectivas sedes dos Coordenadores.
- (o) publicar, nos termos da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o subitem (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados no subitem (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste subitem, a Emissora, desde já, e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA 153 - 2º ANDAR - CENTRO / RJ.
MÉDIA SUEANA CASTELHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

- (q) tomar todas as providências necessárias, nos termos desta Escritura de Emissão, em decorrência de um eventual vencimento antecipado das Debêntures, visando sempre aos melhores interesses dos Debenturistas;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, inclusive a obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 30 (trinta) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- (u) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através da sua central de atendimento e/ou de seu website, o cálculo do Valor Nominal Unitário a ser calculado pelo Agente Fiduciário e acompanhado pela Emissora, a qual informará qualquer discrepância ao Agente Fiduciário;
- (v) acompanhar anualmente a manutenção do Índice Financeiro, devidamente auditado e/ou revisado, conforme o caso, pelos auditores independentes conforme Cláusula 6.1(h) acima e informar imediatamente aos Debenturistas sobre eventual descumprimento do referido índice;
- (w) executar a Garantia, observados os termos e condições desta Escritura, aplicando o produto da excussão na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas; e
- (x) acompanhar o cumprimento da obrigação da Emissora mencionada na Cláusula 7.1.1 (f) acima quanto à divulgação anual do relatório de *rating* das Debêntures até a Data de Vencimento.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima e/ou em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução da Fiança;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITAÇÃO, 55 - ANDAR - CENTRO / RJ.
NEDSON SANTANA CASTELHO
1º OFICIAL REGISTRAR

- (c) requerer a falência da Emissora e/ou da Garantidora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou da Garantidora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula VI acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto no subitem (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos se realizados em conformidade com a regulamentação aplicável ou se previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, conforme os quora e nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

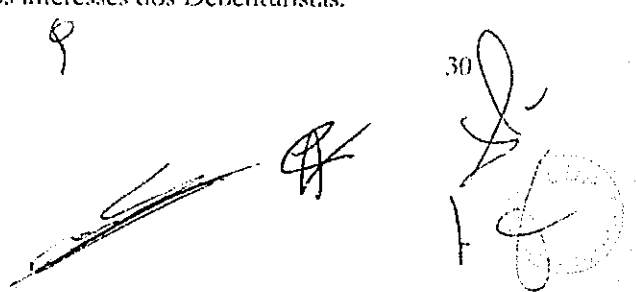
8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, o correspondente a uma remuneração anual de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ
DA QUITANDA Nº 11.111.111 - CENTRO / RJ
MIEUSHA SARAIVA CASTELHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

9

30



8.6.2. As parcelas citadas na Cláusula 8.6.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

8.6.3. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro-rata die*.

8.6.5. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e não inclui as despesas descritas na Cláusula 8.7.3 abaixo.

8.6.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características e/ou garantias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários acima dispostos.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas inclusive para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrente de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência,

1º REGISTRO DE FÉRMAS E DOCUMENTOS
DA CIDADANIA DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA 150 - CENTRO / RJ
MIRIAM L. DE M. CASTELHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

As assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas" ou, individualmente, "Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

9.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ
DA QUITANDA, CANCELAMENTO, CRISTO / RJ
NUNCIATA DE ALA CASTILHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

32

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) instalar-se-á(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas que sejam de propriedade da Emissora, de sua controladora (conforme aplicável) ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, incluindo, mas não se limitando, à aprovação em caso de renúncia e/ou perdão temporário, observados os quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

9.4.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão, as alterações relativas às características das Debêntures que impliquem em: (i) alteração dos *quora* de deliberação e dos termos e condições previstos nesta Cláusula IX, (ii) alteração da Remuneração das Debêntures (exceto no que diz respeito ao *quorum* específico previsto no caso de indisponibilidade da Taxa DI no subitem 4.2.2.2 da Cláusula IV acima), (iii) alteração das datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos titulares das Debêntures, (iv) alteração da Data de Vencimento das Debêntures, (v) alteração dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (vi) criação de evento de repactuação, (vii) alteração dos eventos de

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 33 - CENTRO / RJ.
MIRIAM SARAIVA CASTELHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

Inadimplemento dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

10.1. A Emissora e Garantidora declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

(b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Colocação, conforme aplicável, à Emissão das Debêntures, à prestação da Fiança, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações neles previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;

(c) têm plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

(d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

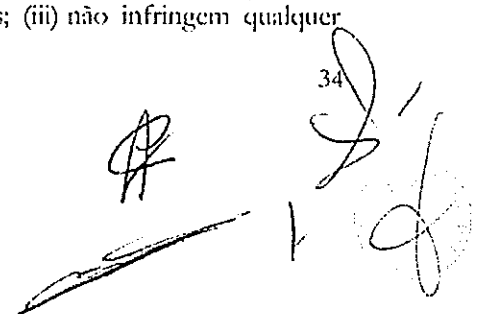
(e) esta Escritura de Emissão, a Fiança e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e da Garantidora, conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(f) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, prevista na Cláusula IV acima, e as formas de cálculo da Remuneração das Debêntures foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;

(g) a celebração, os termos e condições desta Escritura, a prestação da Fiança, o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura e a Oferta (i) não infringem seu estatuto social; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Garantidora sejam parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (iii) não infringem qualquer

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA 15 - CENTRO / RJ.
MIRIAM SAZEMA CASTELO
1º OFICIAL SUBSTITUTA

34



obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pela Garantidora; (iv) não resultarão em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Garantidora; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora e/ou a Garantidora ou qualquer de seus respectivos bens estejam sujeitos; e (vi) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Garantidora ou qualquer de seus bens ou propriedades;

(h) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, que contemplam as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para fins de comparação, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Garantidora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;

(i) as informações prestadas por ocasião do registro das Debêntures na CETIP são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(j) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora e pela Garantidora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais ou autarquias, aplicáveis à condução de seus negócios;

(k) possuem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, salvo se em processo de renovação; e

(l) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora, não é, nesta data, de conhecimento da Emissora e da Garantidora a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e na Garantidora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades. Adicionalmente, a Emissora e a Garantidora não têm conhecimento de descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, por parte da Emissora e da Garantidora.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 33 - CENTRO / RJ
MIRIAM LACERDA CASTRILHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

35
[Assinaturas e rubricas]

Para a Emissora:

LAJEADO ENERGIA S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 1996, 7º andar

São Paulo (SP) – CEP 04547-006

At.: Sra. Maytê Albuquerque

Telefone: (11) 2185-5023

Fax: (11) 2185-5167

E-mail: mayte.albuquerque@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira

(Backoffice e Financeiro)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para a Garantidora:

EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 7º andar

04547-006, São Paulo – SP

At.: Sra. Maytê Albuquerque

Tel.: (11) 2185-5023

Fax.: (11) 2185-5167

E-mail: mayte.albuquerque@edpbr.com.br

Para o Banco Liquidante:

BANCO BRADESCO S.A.

Av. Yara, s/nº, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar

CEP 06029-900, Osasco, SP

Departamento de Ações e Custódia – DAC

Tel.: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax-simile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 33 - CENTRO / RJ.
MIRIAM LEMMA CASTELHANO
1ª OFICINA SUBSTITUTA

9

36

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remeterente). Quando aplicável, os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Custos de Registro

11.3.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

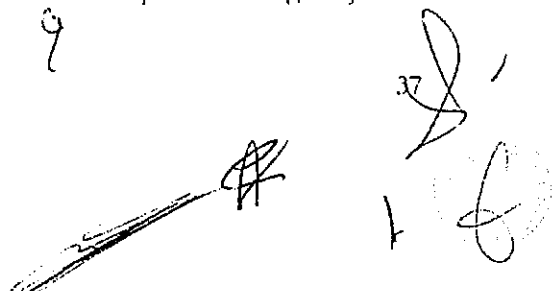
11.4.1. Esta Escritura de Emissão, a Fiança e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DE RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 30 - CENTRO / RJ
MIRIAM LUIZ CASTILHO
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

9



11.7. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.8. Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

11.9. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por meio de aditamento assinado por todas as Partes.

11.10. Lei Aplicável

11.9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.11. Foro

11.10.1. As Partes elegem o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura de Emissão em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 8 de novembro de 2013.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DE SÃO PAULO - RUA
DA QUITANDA, 100 - CENTRO / RJ
MIRIAM LAYRANA CASTELDOAGIL
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Videjussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Lajeado Energia S.A.)

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DE PORTO ALEGRE - RUA
DA QUITANDA, 100 - CENTRO / RJ.
MÉDIA ANUAL DE 100%
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

LAJEADO ENERGIA S.A.


Nome: _____
Cargo: Luiz Otavio A. Henriques
Diretor Presidente

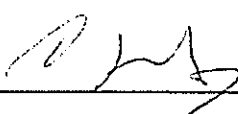

Nome: _____
Cargo: Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

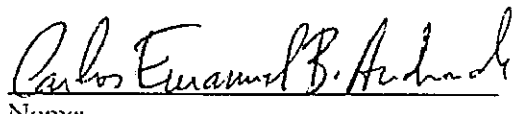
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
30.07.10
13 NOV 2013 1088060

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Videjussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Lajeado Energia S.A.)

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUINTA 33 - CENTRO / RJ.
MIRIAM SARAIVA CASTELPODI
1ª CÚCULA SUBSTITUTA

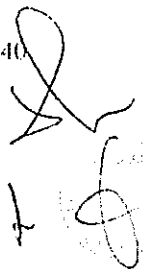
EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.


Nome: **Miguel Dias Amaro**
Cargo: **Diretor Vice Presidente**
EDP - Energias do Brasil S.A.


Nome: **Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Cargo: **Diretor Vice Presidente**

13 NOV 2013 1038060

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
33 - CENTRO

40


(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Videjussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Lajeado Energia S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Nilsimara Oliveira
Cargo: Kojo Ferreira
Procuradora

Testemunhas:

Nome: Cleverson Murakawa
CPF: 268.649.628-22
RG: 28.901.618-6

Nome: Mariana Ribeiro Falaguasta
CPF: 33.335.392-4
RG: 311.344.018-17

1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 52/3, 2.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO

☐ Não Registrado
☐ Registrado
☐ Registrado e Microfilmado



13 NOV 2008 10:08:00

RECEBIMOS DA EMPRESA E DOCUMENTOS
EM 13/11/08

Handwritten signature and initials.